

Acordo sai em novembro

O acordo para renegociação da dívida externa do Brasil com os bancos credores privados deverá estar concluído no final de novembro deste ano, em todas as suas etapas. Esta convicção foi manifestada, ontem, pelo presidente do Comitê Assessor dos bancos, William Rhodes, que se avistou com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Do encontro participaram, também, o negociador oficial da dívida externa brasileira, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Paulo César Ximenes.

Ao seu término, Rhodes disse que as negociações com o Governo brasileiro caminham bem. É que já está praticamente concluído o processo de distribuição da dívida a ser reescalada pelas opções oferecidas pelo Governo brasileiro. Por isso, tudo indica que a etapa final da negociação, que é a troca dos atuais papéis da dívida brasileira

por novos títulos garantidos pelo Tesouro americano, acontecerá mesmo até o final de novembro. A data está prevista na minuta do acordo, negociada com o Comitê Assessor e que teve a adesão de praticamente todos os bancos, em março deste ano.

Rhodes avaliou que o acordo, que prevê uma redução significativa da dívida brasileira, é tão bom para o Brasil quanto para os bancos credores.

Congresso — William Rhodes, disse ontem que o ministro Fernando Henrique Cardoso vai precisar do respaldo do Congresso Nacional para implementar o seu plano econômico. "O ministro está trabalhando no plano, que é positivo do ponto de vista econômico", comentou.

O representante dos bancos estrangeiros considerou "bastante positivo" o plano econômico apresentado por Fernando Henrique Cardoso. "O que é favorável ao Brasil é favorável aos bancos", aposta Rhodes. Segundo ele, o ministro causou uma "impressão de credibilidade" no exterior.

Resolução — O Banco Central (BC) divulgou ontem as pri-

meiras medidas preparatórias para implementação do acordo com os credores privados estrangeiros. A Resolução nº 2.004 autoriza o BC a fixar a data para a troca da dívida externa por títulos (bônus), a partir da qual as instituições do setor público deixarão de pagar a dívida. A circular nº 2.334 estabelece que, a partir de amanhã, os bancos deverão recolher os depósitos relativos à dívida do setor público todo dia 15 de cada mês.

A circular reafirma o que estabelece a resolução: o último pagamento de juros do setor público aos bancos credores será feito no dia 15 imediatamente anterior à data que o BC estabelecerá para a troca de títulos com os bancos, conforme o acordo em negociação. O setor público, excluída a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce, paga em dia, no final de cada semestre, 50 por cento dos juros devidos aos bancos. São juros que vão vencendo sobre um total de 47 bilhões de dólares. Agora, o Banco Central está determinando que os pagamentos sejam mensais.